

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL

José Nilton Alves Pereira Júnior e Maria do Socorro de Sousa Rodrigues

UFC

Junior.alves@ifce.edu.br - sspaliti@ig.com.br

RESUMO

Esse trabalho é uma breve leitura do projeto de educação de trabalhadores e trabalhadoras num contexto de crise capital estrutural do capitalismo contemporâneo. Com conclusões parciais essa pesquisa é uma proposta que desenvolvemos junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará e visa a compreensão das políticas públicas educacionais em curso. A partir da matriz teórica do materialismo histórico e das contribuições de estudiosos que abordam as questões da educação profissional a exemplo de Frigotto e Kuenzer, buscamos compreender os modelos e programas dos últimos governos (FHC e Lula) e de seus mecanismos legais. Após essa etapa, concluiremos nossa investigação com um estudo de caso. Interessa-nos, na delimitação do objeto, um estudo da expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Dessa forma escolhemos o Campus de Maracanaú do Instituto Federal de Educação do Ceará- IFCE no curso de Tecnologia em Manutenção Industrial. Saber como está sendo construída essa proposta de formação profissional como política de educação profissional pública é o nosso desafio.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Trabalho. Educação Profissional. Capitalismo.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL

1. INTRODUÇÃO

Numa célebre passagem dos cadernos do cárcere de Gramsci, ao analisar a história da gramática e dentro da totalidade materialista histórica diz que a “história é sempre história mundial”.(CC,6,146) Nessa nota o pensador sardenho mostra que qualquer realidade material de qualquer sociedade, de qualquer país e em qualquer continente é sempre fruto das transformações operantes na base de produção e reprodução do modelo societário dominante, aqui entendido como parte de um movimento de internacionalização/globalização dos processos produtivos do capitalismo mundial. É a partir desse referencial da totalidade, tão bem apropriada por Gramsci, que conduziremos nossa reflexão sobre a política de educação profissional no contexto de expansão do capital nesse início de século.

Em princípio nos preocupa situar a educação profissional no contexto do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, vigentes na segunda metade do século XX, articulando as categorias educação e trabalho no quadro da evolução econômica mundial e brasileira. Nesse entendimento refletimos o modelo de produção fordista/taylorista em seu ápice e crise como tentativas de saída do esgotamento no plano material, político e ético que o capital enfrenta para se reafirmar como modelo societário. Dessa forma, o desenho das políticas econômicas e sociais orientadas pela agenda neoliberal dos grandes representantes do capital como o Banco Mundial e FMI, completam o nosso quadro de análise.

No outro momento, apresentamos uma breve retrospectiva da política de educação profissional como política pública de Estado. Após isso, a política educacional a partir da segunda metade da década de 1990 e como esta abriu caminho para agenda educativa de formação de trabalhadores do governo Lula será importante em nossa análise. As contribuições teóricas clássicas em Marx e Gramsci são imprescindíveis nesse caminho além das questões sempre pertinentes de nossos maiores expoentes da pesquisa em educação profissional a exemplo de Frigotto, Kuenzer e Ciavatta.

Um estudo acerca das mudanças no ordenamento legal a partir da Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, numa leitura crítica dos artigos 39 a 42, como também as principais resoluções e decretos que regulamentam a educação profissional no Brasil, nos mostra o caráter das políticas educativas dos últimos governos. Para isso, uma releitura dos dispositivos dos decretos 2207/97 e sua posterior revogação pelo decreto nº 5154/2004 são importantes para a compreensão do processo de construção da política de educação profissional no Brasil hoje.

2. CRISE DO CAPITAL E SUAS NOVAS DETERMINAÇÕES PARA O MUNDO DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES

Esse início de década tem se mostrado desafiante para o mundo capitalista, e em especial para a Europa, quanto a questão da manutenção do desemprego. Dados Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que as taxas de desocupação da população economicamente ativa entre os jovens na Espanha chegam a 52,2% e na Grécia 54,2%¹ e assim, como em quase todo o continente a economia também mostra sinais de desaceleração gradativa do crescimento do produto interno bruto (PIB). Essa Crise aguda tem experimentado um remédio amargo dos planos de austeridade fiscal imposto pela União Europeia, sob o comando da primeira ministra alemã Angela Merkel.

A crise estrutural do capital na acepção de Mészáros (2003) revela que o seu processo de acumulação e concentração assume mais intensamente, nesses últimos anos, seu caráter destrutivo. O capital como força de exploração do trabalho, vive uma fase de crescente especulação financeira, de ganhos cada vez maiores de lucratividade e expansão. A sua mundialização/globalização tem provocado grandes sacrifícios por parte dos governos das maiores economias, no sentido do enfrentamento a eliminação de milhões de postos de trabalho e sua própria incapacidade de dirigir a crise vestem a sua falência fiscal e monetária.

No escopo do contexto de início de século, em seu caminho rumo a falência e crise generalizante está sua construção histórica, que no século passado tem sido acompanhado por diversos modelos teóricos e econômicos, como tentativa de sobrevivência, tanto material como ideológica. Essas saídas sempre são construídas a partir de momentos de crise estrutural do capital que se inicia com mais generalização na crise 1929, com a quebra da bolsa de valores de Nova York e, se intensifica no tempo e no espaço nas décadas seguintes.

A saída para a crise esteve ancorada no modelo Keynesiano, de intervenção do estado na economia como tentativa de equilibrar as forças cruéis do livre mercado. Essa época segundo Hobsbawm foi a fase de ouro do capitalismo e durou cerca de 4 décadas. Período esse que consolida os Estados Unidos como grande força econômica do capitalismo mundial como também o aparecimento de outras potências como o Japão. O forte crescimento do capitalismo no pós-guerra, ou seja, após 1945 perdura até meados dos anos de 1960.

O vigoroso crescimento econômico do período Keynesiano/fordista é marcado pela presença forte do estado regulador e empresa, pela conquista da classe trabalhadora na participação da produção e por uma considerável capacidade das empresas em produzir e acumular capital, só para citar os seus elementos mais importantes. Essa fase expansionista tem, em algumas sociedades, especialmente as europeias, uma construção de modelo societário no

¹ -Os dados divulgados em 05/ 2013 mostram que o desemprego no mundo atinge 73 milhões de jovens sendo mais grave na Europa e apresentou aumento em relação ao ano de 2012. FONTE: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/05/desemprego-atinge-734-milhoes-de-jovens-no-mundo-diz-estudo-da-oit.html>.

Estado de Bem-estar social, pensado na perspectiva de socializar as riquezas produzidas pelas forças produtivas, por meio de políticas sociais e garantias de direitos trabalhistas consistentes.

No entanto, na primeira crise do petróleo de 1973, esse modelo de crescimento dá os primeiros sinais de esgotamento. ((Antunes (1999) aponta alguns elementos importantes no desenho dessa crise: a) queda geral da taxa de lucro; b) falência do modelo de produção e consumo em massa do fordismo/taylorismo; c) crescimento do capital financeiro frente o capital produtivo; d) grande concentração de capitais; e) crise do Welfare State e privatização com desregulamentação e flexibilização financeira na base produtiva. Esses elementos indicavam uma necessidade de superação da crise frente à queda da taxa de rentabilidade das empresas e do estreitamento das tensões do capital *versus* trabalho.

A crise generalizante do capital ganha força com o estreitamento das relações comerciais com a competição que fortalece as grandes corporações frente o enfraquecimento dos Estados Nações. Processo esse nomeado por Chesnais (2003) de mundialização do capital. A decadência da orientação fordista/Keneysiana frente a queda da rentabilidade do capital produtivo fortalece o surgimento no plano teórico e político do neoliberalismo enquanto saída para a crise. Assim, duas experiências no centro do poder mundial saem na frente: Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares anteriores.(ANTUNES, 1999.p.31).

A abertura dos mercados mundiais com crescente processo de desregulamentação/flexibilização econômica promovida no âmbito do sistema passa a ser fonte e receituário de uma grande número de governos tanto do norte quanto do sul. Sob a orientação de organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial as economias mundiais abrem uma nova perspectiva de modelo de desenvolvimento voltado cada vez mais para o capital especulativo/financeiro, promovendo desmonte nas conquistas sociais, por meio de mecanismos privatizantes e com políticas sociais compensatórias na educação, saúde e demais serviços públicos.

2.1 Reestruturação produtiva e o novo trabalhador.

No contexto de grande desequilíbrio, na esfera produtiva que discutimos anteriormente, surgem grandes transformações no mundo da produção como também novas determinações para a *classe- que- vive- do- trabalho* , para usar a expressão de Antunes(1999). O esgotamento

do fordismo, ou pelo menos de sua orientação no plano do novo homem e de seus princípios na ordem capitalista, de produção em massa e do pleno emprego sofre a partir dos anos de 1970 uma queda considerável, diante da queda da acumulação do capital, do confronto com a organização trabalhista construída até então. O controle sociometabólico necessitava de uma nova orientação material, política e ideológica que desse resposta a essa nova realidade.

Falamos de uma nova fase de reestruturação produtiva, de uma nova forma de preservar o capital e disciplinar a classe trabalhadora dentro desses novos padrões. Assim, a fábrica fordista vai cedendo lugar ao Toyotismo, modelo japonês criado no pós-guerra, que impulsionou a economia japonesa num patamar de acumulação consistente, mesmo diante do quadro de declínio que se observava no mundo ocidental. Produção, distribuição geográfica da indústria mundial e relações trabalhistas, adaptadas para a manutenção do acúmulo do capital, a exemplo do New labor na Inglaterra, marcam um início de mudanças paradigmáticas do capitalismo ocidental.

Assim, padrões de trabalho foram adotados por grandes montadoras norte-americanas dentro da lógica produtiva toyotista a exemplo da General Motors que atravessava problemas sérios no início dos anos 1980. Dentre as principais inovações desse modelo destacamos mudanças na estrutura produtiva e de gestão da força produtivas. Acumulação flexível, ou seja, de acordo com a demanda e diferente da produção em massa do fordismo e maior envolvimento dos trabalhadores no processo do trabalho de forma a integra-lo na direção da polivalência, da multifuncionalidade e de intensificação na qualificação. Frigotto (1996, p.55) coloca que: “No plano da ordem econômica, os conceitos ou categorias ponte são: flexibilidade, participação, trabalho em equipe, competência, competitividade e qualidade total”.

Em época de crise generalizada de produção e consumo a adoção de mecanismo de organização como o *Just in time*, *kanban*, *kaizen*, *team work* e o CCQ (o que é? tem o objetivo de produzir dentro de uma racionalidade de desperdício mínimo e intensificação do tempo e do controle do trabalho. Ademais, em virtude da implantação horizontalidade a produção diversificou o processo produtivo, pela terceirização crescente expandindo o modelo à cadeias produtivas cada vez maiores, inclusive para as novas exigências no perfil dos trabalhadores dentro da lógica de sua qualificação e adaptabilidade.

A reestruturação em curso foi possível também graças a um conjunto de medidas adotadas pelo neoliberalismo, que significou novos rumos nas políticas sociais de emprego e de uma determinação do papel do Estado para uma ação voltada para o empresariamento de suas finalidades. Assim, políticas econômicas generosas ao setor privado com legislação mais flexível e uma atuação mais ostensiva de organismos internacionais (BID, FMI, BM, OIT) na adoção de medidas austeras se intensificam, especialmente nos países subdesenvolvidos. Flexibilização, desregulamentação, descentralização são princípios que permeiam e orientam a radicalização do receituário neoliberal.

Para o mundo do trabalho a racionalidade do capitalismo do final do século XX representou não só a perda de conquistas sociais adquiridas durante sua fase áurea, mas inaugura um período de grandes dificuldades em todos os planos de realização. Desemprego, precarização e desestabilização são características mais marcantes da imposição do imperativo globalizante do capitalismo contemporâneo. Frigotto (1999) destaca que o desemprego em massa torna-se uma realidade globalizante, a soma de desempregados no mundo todo ultrapassava a um bilhão e duzentos mil pessoas e, na Europa, as taxas de desemprego variam entre 10% e 22% da população economicamente ativa.

O esgotamento e o baixo crescimento das economias do centro do poder mundial capitalista, tal como a crise imobiliária norte-americana de 2008 e da falência dos bancos europeus, fazem tais governos tomarem medidas de austeridade fiscal a custo do desmonte das conquistas sociais do *Welfare States*, revelando que a capacidade do sistema sociometabólico não é inesgotável, como pensavam muitos dos seus apologistas em um passado recente. Sua crise estrutural mostra que sua capacidade reguladora da vida social e política poderá ser comprometida num ponto em que sua crise moral leve a humanidade a pensar que como bem Mézáros (2003) enfatiza que só há duas alternativas à humanidade: socialismo ou barbárie.

Não existem rotas conciliatórias de fuga. Ainda sim, nem mesmo o fato de ser poder afirmar com certeza que a fase histórica do imperialismo hegemônico global haverá também de fracassar em razão de sua incapacidade de dar solução para as contradições explosivas do sistema, ou mesmo de adiá-la indefinidamente, é promessa de solução para o futuro. Muitos dos problemas que teremos que enfrentar desde o desemprego estrutural crônico até os graves conflitos econômicos[...] exigem ação combinada em futuro muito próximo. A escala temporal dessa ação talvez possa ser medida em algumas décadas, mas certamente não em séculos. O tempo está se esgotando. Assim, somente uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle de reprodução do metabolismo social pode oferecer uma saída da crise estrutural do capital. (MÉSZÁROS, 2003, p.108).

3. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL, SUAS DESCONTINUIDADES E PERSPECTIVAS

A educação profissional tem, no novo contexto econômico, um espaço privilegiado no campo da política educacional do Estado brasileiro. As novas configurações no âmbito do modelo econômico neoliberal impõem ao mundo do trabalho uma dinâmica acirrada por formações profissionais e tecnológicas que venham atender às necessidades de um cenário de produção flexível e de crise de acumulação do capital. A implantação de um sistema de educação que atenda às demandas do setor produtivo no Brasil se afirma no Governo Vargas, com a implantação da Reforma Francisco Campos. A referida medida imprime uma característica peculiar ao Governo Vargas, de centralização das políticas educativas, quando por meio de decretos organiza o sistema educacional, indo desde o ensino secundário ao nível superior.

A Reforma Capanema no Vargas é pensado a partir da necessidade do Estado Novo afirmar-se no modelo “nacionalismo estratégico”, num contexto de expansão industrial e de formação de mão de obra que desse conta de um modelo desenvolvimentista da grande indústria. Tal reforma tentou implantar um sistema de educação profissionalizante no país, no entanto esse nível de ensino foi sendo tratado como uma modalidade discriminada e dissociada ao acesso a outro nível, o superior. Os egressos de cursos profissionalizantes, do ponto de vista legal, não poderiam ingressar no nível superior ou poderia apenas de forma parcial.

A Reforma Capanema, em síntese, legitima as propostas dualistas que visam formar intelectuais por um lado (ensino secundário) e trabalhadores por outro (cursos técnico-profissionais), acirrando, assim, o caráter discriminatório atribuído ao ensino profissional, que continuou não tendo acesso amplo ao ensino superior. (CUNHA (1973) OLIVEIRA, 2003, p.33).

Além da desarticulação legal e curricular do ensino médio profissional em relação ao ensino superior é importante ressaltar que Capanema cria um sistema de educação profissional paralelo ao oficial, o sistema S. O Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Agricultura (SENAR) e o Serviço Nacional de Transporte (SENAT) criados por iniciativa do poder público eram mantidos pelo empresariado que se responsabilizavam pela capacitação em serviço dos seus trabalhadores.

No início da década de 1960, as transformações no campo da política brasileira influenciaram novamente a reorganização do sistema público de ensino no Brasil. Aqui mencionamos: a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 4.024/61); o avanço da teoria do capital humano concretizado pela reforma do ensino superior dirigida pela agência norte-americana USAID/MEC (Lei nº 5.540/68) e a reforma do ensino de 1º e 2º graus, pela lei 5.692/71.

A reestruturação produtiva imposta pelo regime militar com base na entrada do grande capital internacional e no grande desenvolvimento econômico e urbano pressionou o país a buscar soluções que pudessem atender a essas novas demandas. Dessa forma, os governos militares implantaram mudanças significativas nessa área como a organização do ensino superior com vistas à formação de quadros técnicos que conduzisse esse novo modelo econômico, a contenção da demanda de pessoal do nível médio por matrículas no nível superior possível com a profissionalização obrigatória segundo a reforma do ensino de 1º e 2º graus e a criação de programas de educação profissional que transformaram algumas Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

[...] embora ela estivesse equivocada em muitos aspectos, estava correta em seu princípio básico, isto é, promover a implantação da escola única, profissionalizante. Entretanto, este princípio não chegou a ser efetivado, pois a profissionalização compulsória não passou de uma grande falácia. Na verdade, apenas as instituições que já se dedicavam ao ensino profissional, principalmente as integrantes da Rede Federal de Educação Tecnológica, é que conseguiram ministrar um ensino de qualidade, certamente em virtude da experiência que já possuíam, ao gabarito de seu corpo docente e às

satisfatórias condições infraestruturais, traduzidas, sobretudo, em oficinas e laboratórios, equipados adequadamente”. (KUENZER (1997), citado por OLIVEIRA, 2003, p.38).

Com o retorno do Estado democrático e a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a nova lei de diretrizes e bases da educação (Lei nº 9394/96) dá um novo tratamento diferente à educação profissional, explicitado nos artigos 39 ao 42. Segundo esses artigos, a educação profissional deve ser oferecida tendo em vista a necessidade de atendimento ao mercado de trabalho, podendo ser oferecida em articulação com a rede regular de ensino e por instituições diversas no ambiente de trabalho. No entanto, ela não estabelece qual nível de governo é responsável pela sua oferta, visto que é tratada como uma modalidade de ensino, deixando um vácuo quanto a sua fonte de financiamento.

A regulamentação dos artigos da nova LDB, mormente à educação profissional por meio do decreto presidencial nº 2208/97, no governo FHC, não foi capaz de articular educação básica média com a profissional e, tampouco, efetivar uma rede ou sistema público de ensino para atender tal demanda. Ao contrário e seguindo uma orientação do Banco Mundial, a educação técnica de nível médio oferecida na rede federal nas escolas técnicas e Cefets passam a oferecer cursos técnicos de forma desintegrada onde a certificação ocorreria concomitante ou posterior à obtenção de curso médio propedêutico e em qualquer instituição de ensino.

No rol dessa reforma, a educação profissional passa a ser oferecida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. O primeiro destinado a qualificação de trabalhadores e independente de escolarização básica, o técnico de nível médio e sem obrigatória integração curricular ao Ensino Médio, e o último, destinado à formação de egressos do Ensino Médio ou técnico em formação de nível superior tecnológica, com duração mais curta e dissociada de atividades de extensão e pesquisa. Essas modificações estruturais significavam na prática uma ruptura radical às experiências que perseguiram uma educação de formação integral próxima a concepção de politécnica, e mesmo sendo frustrada dentro da flexibilidade trazida no texto da nova LDB sua regulamentação posterior a tornou impossível.

No que se refere às modalidades de nível técnico e nível tecnológico, a reforma expressa a continuidade da lógica da dualidade estrutural dos sistemas educacionais: no Ensino Médio, a separação em educação profissional e ensino médio regular amplia a dualidade que se estende ao ensino superior, por meio de cursos de tecnologia de duração reduzida, destituídos de aprofundamento científico e tecnológico e limitados à atividade de ensino dissociada da extensão e da pesquisa, constituindo um modelo de ensino superior de baixo custo, alternativo ao modelo universitário. (GARCIA, 2010, p.44).

Dessa forma, a tarefa de superação do dualismo estrutural ficou a cargo do novo governo, que através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) realizou vários encontros com o objetivo de traçar uma política nacional de educação profissional em sintonia com as reivindicações da sociedade civil e demais instâncias governamentais. Ramos (2005, p. 49) coloca que “o posicionamento da SEMTEC, por sua vez acompanhado por parte da sociedade, vem da

compreensão de que a simples revogação do Decreto 2208/97 não garantiria a implementação da nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica”.

3.2 A Política de educação profissional no governo Lula: rumo à superação do dualismo estrutural?

O primeiro ano do governo Lula apresentou-se como uma grande expectativa quanto a formulação de uma nova concepção de política de educação profissional vinda do Ministério da Educação (MEC). O desafio da pasta era discutir encaminhamentos que pudessem dar diretrizes aos programas e projetos para sua efetivação enquanto política educacional. Assim, de acordo com Ramos (2005)² estavam em jogo três propostas que sendo discutidas em vários encontros com agentes do governo e setores da sociedade civil já no seu primeiro ano: a primeira que defendia apenas a revogação do decreto 2208/97 estabelecendo a articulação do ensino médio ao técnico; o segundo que defendia a manutenção do atual decreto com a revogação de alguns artigos e uma terceira que de fato se efetivou, partilhava a ideia de sua revogação total e a construção de um novo decreto. Caminho esse efetivado pelo decreto 5.154/2004 que até então orienta as ações e políticas educativas.

O tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação da Educação ao início do governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública e corrigir distorções de conceitos praticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores”. (CIAVATTA, 2005).

Esse marco legal rearticula o ensino médio à educação profissional e vem orientando as políticas contemporâneas do ensino profissional e tecnológico, a exemplo da instituição do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), sendo este último regulamentado pelo Decreto n. 5.840, de julho de 2006. No entanto, em sua essência não rompe de forma definitiva com a separação do Ensino Médio ao técnico estabelecido no decreto anterior, na medida em que não a torna obrigatória a sua integração. Na prática a nova diretriz permite a sua existência sem torná-la de fato concreta.

§ 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso [...] III - subsequente oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL,2004).

² - A exemplo do Seminário Nacional do Ensino Médio : construção política, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) realizado em Brasília entre os dias 4 e 6 de junho de 2003.

A manutenção de um sistema dual vem de encontro à concepção de educacional presente em toda a política de educação do governo anterior, embora trazendo alguns avanços quanto a liberdade de sistemas de ensino estaduais de oferecê-la integralmente. A perspectiva de educação profissional voltada para uma formação para a necessidade do mercado de trabalho e com a parceria de setores sociais na sua efetivação são presentes nos dois períodos. Prática essa defendida pelo Banco Mundial claramente nos documentos institucionais da era FHC, e que agora se mantém de forma velada no Governo Lula. Krüger (2010, p.140) externa bem essa leitura: “tal regulamentação não deixa margem de dúvida sobre a intenção do governo, muito mais de acomodar interesses diversos do que em se comprometer com a educação integral.”.

Passados quase 10 anos da promulgação desse decreto, a política de educação profissional do governo federal vem dando sinais de materialidade (ou seja, para além do seu marco regulatório) no segundo mandato de Lula. Nesse é aprovada lei criando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei n.11.892/2008). Nela é instituído em todo o país trinta e oito (38) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) através da fusão de diversas escolas agrotécnicas, escolas técnicas e dos centros federais de educação tecnológica (CEFETs), dando-lhes autonomia financeira, pedagógica e administrativa para implantar cursos nos três níveis da educação profissional, licenciaturas, bacharelados/engenharias e cursos de pós-graduação.

Essa iniciativa convergiu com a instituição do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, que tem como objetivo implantar uma política de ensino público de educação profissional. Tal proposta visa ampliar o número de vagas no ensino profissionalizante por parte da União, diante do contexto de crise de mão de obra qualificada. Além da referida expansão, há que se destacar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que, lançado em 2011, pretende oferecer cursos de formação inicial e qualificação profissional para uma parcela da população com menor nível de instrução e de formação profissional, especialmente o de jovens e adultos. No mesmo curso do PLANFOR e do Programa de Qualificação (PNQ) o Pronatec pretende oferecer seus cursos no âmbito das instituições privadas, sistema S, prefeituras municipais e IFs de todo o país. Seguindo a mesma lógica e reforçando a divisão de ensino médio e profissional o Programa é voltado à qualificação a depender da emergente necessidade do plano produtivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compartilhando da concepção de educação profissional presente em Kuenzer (2000) entendemos que qualquer modelo e política de formação profissional deve considerar que o percurso de aprendizagem profissional necessariamente repouse numa perspectiva de formação omnilateral, ou seja, desenvolvimento completo: domínio material e intelectual. Assim é sempre oportuna uma leitura crítica da construção em curso das políticas e concepções no cenário de

incertezas que a era fordista/taylorista nos trouxe como também, das novas determinações do imperativo da flexibilidade e da fragmentação em voga. Discutir um projeto alternativo ao modelo capitalista dependente é a grande tarefa para todos aqueles que estudam ou que fazem parte da educação profissional.

5. REFERÊNCIAS

1. ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. **O Público e o Privado na Educação: Interfaces Entre Estado e Sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.
2. ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
3. BRASIL. **Decreto n.5154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 30 abr. 2013.
4. CHESNAIS, François. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
5. CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS Marise. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso**. Campinas: Revista Educação e Sociedade, 2005.
6. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1996.
7. _____, **Globalização e Crise do Emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional**. 1999. Disponível em: <http://www.senac.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.
8. GARCIA, Nilson Marcos Dias; FILHO, Domingos Leite Lima. (Orgs). **Trabalho, Educação e Tecnologia: alguns dos seus enlaces**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.
9. KUENZER, Acácia. **O Ensino Médio Agora é Para a Vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. Campinas: Revista Educação e Sociedade, 2000.
10. MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.
11. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas Públicas Para o Ensino Profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS**. Campinas: Papirus, 2003.